PERIÓDICUS
ISSN: 2358-0844
n. 7, v. 1 maio-out. 2017
p. 78-101.

Exercendo a "crítica lesbofálica" às demandas por uma "cidadania LGBT" no contexto brasileiro (2003-2016)

Bruna Andrade Irineu[1]

RESUMO: Este texto busca refletir sobre as demandas por "cidadania LGBT" (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil durante a gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, o mesmo propõe a ampliação dessa compreensão de cidadania agenciada na arena pública pelo ativismo LGBT a partir do que denominamos "crítica lesbofálica" à concepção hegemônica de cidadania. Exercer nossa crítica lesbofálica é desterritorializar a cena nos jogos de poder que incidem sobre esfera pública. A memória do governo Lula enquanto "pioneiro" na propositura de ações à população LGBT se contrasta ao período da gestão Dilma Rousseff na presidência da República. Nesse contexto, observou-se que o termo "tripé da cidadania LGBT" circulou com centralidade nas negociações entre a militância e o poder público. Esse tripé consistiria na existência de um plano de política pública LGBT, um órgão para gestão da política LGBT e um conselho para o monitoramento das ações dessa política. A relação entre Estado e sociedade civil, no que tange as demandas LGBT nesse período recortado, vão tergiversar entre ambivalência do "desejo" da existência desse tripé, ainda que nos moldes "para inglês ver", e o impasse nas negociações com grupos religiosos, também integrantes da base de conciliação do governo PT, frente as pautas prioritárias do segmento. Evidencia-se que os discursos do governo e do ativismo se alteram circunstancialmente em relação a essa dinâmica ambígua e contraditória, ora na acusação e ora na defesa do governo (pelo ativismo) e das pautas do movimento (pela gestão PT)..

PALAVRAS-CHAVE: Lesbianidades; LGBT; Políticas Públicas; Cidadania.

Abstract: This paper seeks to reflect on the demands for "LGBT citizenship" (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual) in Brazil during the federal administration of the Workers' Party (PT). Moreover, it proposes the extension of this understanding of citizenship organized in the public arena by LGBT activism from what we call "hegemonic criticism" the hegemonic conception of citizenship. To exercise our lesbofálica critique is to deterritorialize the scene in the games of power that affect on public sphere. The memory of the Lula government as a "pioneer" in bringing actions to the LGBT population contrasts with the period of the Dilma Rousseff administration in the presidency of the republic. In this context, it was observed that the term "triptych of LGBT citizenship" circulated with centrality in the negotiations between the militancy and the public power. This tripod would consist of an LGBT public policy plan, an LGBT policy management body and a council to monitor the actions of this policy. The relationship between the State and civil society regarding the LGBT demands in this cut-off period will distort between the ambivalence of the "desire" for the existence of this tripod even though in the "English-see" model and the impasse in negotiations with religious groups, also members of the base Conciliation of the PT government, against the priority guidelines of the segment. It is evident that the discourses of government and activism change circumstantially in relation to this ambiguous and contradictory dynamics, sometimes in the accusation and now in the defense of the government (by the activism) and the patterns of the movement (by PT management).

Keywords: Lesbianities; LGBTI; Policy Public; Citizenchip.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre las demandas de "ciudadanía LGBT" (lesbianas, gays, bisexuales y transexuales) en Brasil durante la gestión federal del Partido de los Trabajadores (PT). Además, se propone la expansión de esta comprensión de la ciudadanía la mediación en el ámbito público por el activismo

[1] Professora adjunta I do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins – UFT e coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos – UFT. Email: brunairineu@gmail.com

Recebido em 03/03/17
Aceito em 03/04/17

LGBT de lo que llamamos "lesbofálica crítica" la concepción hegemónica de la ciudadanía. Ejercer nuestra crítica es lesbofálica desterritorializarse la escena en los juegos de poder que se centran en la esfera pública. La memoria del gobierno de Lula como un "pionero" en el ejercicio de las acciones a la población LGBT contraste con el período de la gestión de Dilma Rousseff como presidente de la república. En este contexto, se señaló que el término "trípode" de los ciudadanos LGBT circulado con centralidad en las negociaciones entre los militantes y el gobierno. Este trípode sería la existencia de un plan de política pública LGBT, un órgano para la gestión de la política LGBT y asesoramiento para el seguimiento de las acciones de esta política. La relación entre el Estado y la sociedad civil con respecto a la LGBT exige este período corte será objetar entre ambivalencia del "deseo" de la existencia de este trípode incluso si las líneas "para mostrar" y el estancamiento de las negociaciones con los grupos religiosos, también miembros de la base la reconciliación del gobierno del PT, transmita las directrices prioritarias del segmento. Es evidente que los discursos del gobierno y el activismo cambian circunstancialmente con respecto a esta dinámica ambiguos y contradictorios, ahora a cargo y ahora la defensa del gobierno (a activismo) y el movimiento de las directrices (para la gestión de PT).
Palabras clave: Lesbianas; LGBTI; Politicas Publicas; Cidadania.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as demandas por "cidadania LGBT" (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil durante a gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT) e propor a ampliação dessa compreensão agenciada na arena pública pelo ativismo LGBT a partir de uma "crítica lesbofálica[2]". O texto expressa postura ensaística, articulada ao relato de experiência no ativismo lésbico e também se apoia em extratos da pesquisa de doutorado intitulada *A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social*, cuja tese foi defendida, em abril de 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Não partilho de compreensões que dissociam teoria e prática, como sendo a primeira elaborada pela academia e a segunda pelos movimentos sociais ou profissionais atuantes no mercado de trabalho. Tampouco acredito que a produção de conhecimento científico possa ser realizada dentro de parâmetros de neutralidade. Pensar a/o sujeito-pesquisador/a em sua relação com seu objeto de pesquisa exige reconhecer a identidade entre sujeito objeto nas ciências sociais e a implicação das visões sociais de mundo que constituem a subjetividade dessa pesquisadora. Como convida Donna Haraway (1995, p.24), é preciso pensar "uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver".

Quando delimitei o objeto do estudo da minha pesquisa de tese, bem como o lócus da coleta de dados – o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (CNCD) - eu sabia dos "riscos" que poderia incorrer se adotasse uma postura crítica à gestão do PT, como, por exemplo, uma indisposição com o próprio campo. Hoje, quase um ano após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, incorro nesse mesmo risco. Entretanto, reitero que esta "crítica lesbofálica" partilha da compreensão desse processo de impedimento enquanto um golpe parlamentar com explícito teor heterossexista.

A trajetória de muitas/os militantes que atuaram como conselheiros do CNCD-LGBT foi marcada por subjugamentos e processos discriminatórios e os marcadores de "classe" e "raça" foram estruturantes nessas experiências. As cisões ocasionadas pela presença de uma "acadêmica",

[2] Utilizo esse termo de maneira desterritorializada do pênis, conforme diálogo de Butler com a obra de Lacan em *Bodies that matter*. Destaco, ainda, que irei explorar sistematicamente esse debate em item posterior deste artigo.

"mulher branca" e de classe média fazendo pesquisa em um espaço *da militância* evidenciam as fronteiras entre ativismo e academia. Embora partilhe da experiência do ativismo, venho de uma experiência de militância na universidade, marcada pela experiência *da* universidade. Extrapolar os muros da universidade às ruas foi uma inevitável necessidade conjuntural, dadas as transformações do movimento LGBT após processo de *onguização* (FACCHINI, 2005). Em vários momentos do trabalho campo percebi minha identidade "pesquisadora" ou "militante universitária" acionada como impeditivo de diálogo com conselheiras/os, por eu não compartilhar do marcador de "militante verdadeira". Com o decorrer do tempo, esse cenário foi sendo alterado e cito como exemplo as diversas vezes em que me tornei uma referência para informações sobre a "militância" em Tocantins.

A pesquisa em questão refletiu sobre a relação entre Estado-sociedade civil, Estado-Estado, e sociedade civil-sociedade civil. Inevitavelmente, exponho as redes de diálogo entre as redes nacionais e o governo, bem como evidencio aquelas redes que têm suas demandas atendidas com mais empenho na estrutura governamental. Essa análise não pretende eleger "vilões e mocinhos" no âmbito do movimento social, mas demonstrar como o governo atua e como os coletivos LGBT articulam seus modos de representação coletiva. Haraway (1995, p.27) afirma que a posição dos subjugados não é isenta de "reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação", não existe inocência nas posições. Compartilho dessa proposta, pois não acredito na possibilidade de dissociação da minha compreensão militante do meu fazer científico. O saber que produzo é situado, portanto, localizado e parcial, ainda que não perca de vista a totalidade.

2. Ativismos LGBT no Brasil e as demandas por cidadania: entre o "orgulho" e o "familismo"

Observa-se que, historicamente, há um processo de assujeitamento baseado na estrutura de inferiorização que tem marcado a trajetória das mulheres, negras e homossexuais/LGBT.

> [...] os homossexuais e as lésbicas apresentam um desafio direto a uma ordem de gênero erguida sobre a base da 'heteronormatividade', embora a sua *identificação* a partir de uma orientação sexual também indica que são *produzidos* pelas mesmas práticas discursivas que os colocam na posição de 'minoria' (ADELMAN, 1998, p.19).

Esses grupos vêm requerendo do Estado brasileiro políticas públicas e equidade de direitos e podemos afirmar que mulheres e negras têm alcançado conquistas significativas e numericamente maiores se comparadas às homossexuais/LGBT.

As primeiras recusas às demandas LGBT datam do período da Constituinte, quando o movimento homossexual iniciou o diálogo com o poder Legislativo. As análises de Cristina Câmara (2000) relembram a tentativa de inserção do termo 'discriminação por orientação sexual' no artigo 5º do texto constitucional, que foi vetado por deputados da bancada religiosa[3]. Esse episódio de insucesso do movimento LGBT brasileiro é o primeiro na tentativa de pautar o direito a não discriminação por orientação sexual. Nos anos de 1990, o Projeto de Lei nº 1.151/95, de autoria da deputada Marta Suplicy, previa a parceria civil registrada (PCR) entre pessoas do mesmo sexo, visando à proteção dos direitos à propriedade, usufruto de bens caso o/a parceiro/a venha a falecer, pensão e plano de saúde, entre outras, e atravessou o novo século sem aprovação. Mais recentemente entrou para essa lista o Projeto de Lei 122/2006 (que criminaliza a discriminação às pessoas LGBT), criticado com rigor pela Frente Parlamentar Evangélica, apesar de reformulado diversas vezes até ser arquivado no ano de 2013. É perceptível que, quando os grupos que se vinculam aos valores tradicionais aumentam sua capacidade de incidir nas decisões políticas, evidencia-se um regime de defesa do modelo exclusivo de família (anti-homossexual) e de uma perspectiva de controle da autonomia do sujeito e punição do prazer que se sobrepõem as demandas por reconhecimento dos direitos humanos (NATIVIDADE e OLIVEIRA, 2007).

Com essas recusas no Legislativo e o Judiciário e a dependência de iniciativas individuais, Luiz Mello (2010) considera que a única alternativa ao movimento LGBT acabou sendo o Executivo. A intensificação das investidas no Executivo fez com que o movimento atuasse influenciando diretamente os sistemas de educação, segurança e saúde, se aproximando também das universidades, de outros movimentos sociais e dos partidos políticos.

Nas análises de Facchini e Simões (2009), o movimento LGBT conseguiu algumas vitórias, contudo enfrentou resistências enormes. Para a/o pesquisador/a, "[...] diante dos desafios tão formidáveis, as melhores esperanças provêm das imagens das paradas de orgulho LGBT, em que as diferenças se mostram e convivem de forma estimulante e pacífica no mesmo espaço público" (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 153-159).

Embora Facchini e Simões (2009) avaliem positivamente as manifestações, existem críticas pertinentes ao atual formato das paradas LGBT, especialmente vinculadas ao mercado e ao

[3] Câmara (2000, p.123) recorre aos argumentos de um dos deputados do antigo Partido da Frente Liberal (PFL-PE), hoje a sigla DEM (Partido dos Democratas), que se posicionou contrário à inclusão. O deputado Salatiel Carvalho afirma: "Os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos porque a maioria da sociedade não quer". E acrescenta ainda: "[...] os direitos que eles (homossexuais) entendem como seus podem ser prejudiciais à formação da própria família, podem ser prejudiciais, inclusive, à formação e à educação" (2000, p.129).

consumo, mas é inegável a dimensão política da saída massiva às ruas com vistas ao questionamento das convenções e normas sociais não apenas nas metrópoles, mas principalmente no interior (MELLO e BRAZ, 2012, p. 12-13). Essas paradas podem incidir em atos de desmistificação de expressões sexuais e de gênero consideradas anormais e desprezíveis.

As conexões e negociações entre o ativismo LGBT e o mercado GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) fazem parte da história do movimento. Facchini e Simões (2009) defendem que o mercado tomou emprestado dos movimentos sociais a ideia de "orgulho". Acrescentaria apenas que no mercado essa ideia aparece vinculada a uma cidadania pelo consumo, como Oliveira (2013) nos chama atenção. No entanto, Facchini e Simões (2009) também alertam para o processo inverso, no qual o ativismo também tomou de empréstimo símbolos das casas noturnas GLS, como trios elétricos e *gogo boys* nas paradas.

Nesse debate, reconheço o impacto das paradas no cotidiano de uma cidade, especialmente naquelas de menor contingente populacional. Observo, entretanto, uma "invasão" do mercado nas paradas, que leva-nos a acreditar que é preciso ir além de uma "cidadania de consolo", nos termos de Oliveira (2013).

> O tema do consolo, da necessidade de após as dificuldades inerentes a uma posição de sujeito discriminada e dominada, ao exercício de passar por heterossexual para evitar o estigma inerente a uma performance lésbica e da necessidade de privatizar os afetos encontra na formação social capitalista a possibilidade de consolação. É o próprio consumo de produtos ligados a uma identidade lésbica ou LGBTIQ comodificada, para usar um termo marxista, ou mercadorizada para usar um termo mais consentâneo com a língua portuguesa, que permite o acesso a uma cidadania sexual, vivida no privado, ligando as experiências pessoais com a possibilidade de aceder a outras experiências (OLIVEIRA, 2013, p.74)

Nesse sentido, resgato também o conceito de homonormatividade, acionado por Pocahy e Nardi (2007), ao caracterizar as paradas como marcadas "muito nitidamente pelo acesso aos fetiches das grifes e pela possibilidade de ocupação da cidade dada pelo consumo no lucrativo "mercado pink" (p. 58). Os autores afirmam que "a operação da repulsa pode consolidar 'identidades' baseadas na instituição do 'Outro', ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação" (IDEM). Assim, a visibilidade "normalizada", numa perspectiva de tolerância, e vinculada a/pela "construção de um "mercado pink", constrói um ideal identitário gay e *lesbian chic* e referenda expressões e estilos de vida exclusivos das juventudes de classe média e média alta" (POCAHY e NARDI, 2007, p. 58).

O subterfúgio higienista de aceitação da (homos)sexualidade "boa", identificada no "círculo mágico" de Rubin (1989) como aquela vivenciada em par, monogamicamente e com objetivo de constituição familiar, torna-se não apenas a vivência heterossexual, mas especialmente as vivências de gays e lésbicas que, com intuito de aceitação social, rendem-se ao familismo e à heteronormatividade, e o reiteram em suas práticas cotidianas.

O familismo envolve um *ethos* responsável pela "inabilidade dos cidadãos de agir em concerto para a realização do bem comum ou, de fato, para a realização de qualquer objetivo que transcenda o interesse material imediato da família nuclear" (BANFIELD, 1958, p. 9-10 apud ESTEVES, 1998, s/p). O culto à família se expressa culturalmente, moralmente e psicologicamente, como observaram Duarte e Carvalho (2005, p.486). Parte da psicanálise, a partir de sua herança de "ambiguidades românticas", tem se associado fortemente "a um "culto do eu" que se desenvolve no "sacrário da família" ou, melhor dizendo, do sentimento da família".

A assimilação das normas que constituem o "imperativo heterossexual" (BUTLER, 2003) também atinge a população gay e lésbica. A vontade de se tornar aceitável socialmente tem sido nomeada como "homonormatividade". Para João Manuel Oliveira (2013, p.69), trata-se de "uma modalidade particular da heteronormatividade" em que a assimilação das normas de gênero e sexualidade ocorre "através de uma progressiva conformidade à heteronormatividade". O pesquisador acredita que esse conceito pode auxiliar a compreender a forma como

> a população LGBTIQ faz perdurar o legado da heteronormatividade no plano de uma cidadania voltada para o consumo num quadro neoliberal, na despolitização das reivindicações e no reforço do binarismo de género dentro da própria comunidade, constituindo assim uma hierarquização dentro dessa comunidade em termos de grau de aceitabilidade e de conformidade dos corpos às normas de género (OLIVEIRA, 2013, p.69).

A cidadania voltada para o consumo se evidencia quando tratamos da sociabilidade LGBT, especialmente marcada pelo gueto e em grande medida restrita a espaços privados como boates, saunas e bares. Diante disso, acredita-se que:

> A recusa dos padrões hegemônicos de definição das relações legítimas ou ilegítimas também passaria pela reafirmação do privado como político e da sexualidade como questão pública, pois a homofobia e suas manifestações violentas acontecem predominantemente no espaço público. Além disso, as demandas por direitos podem se dar em outros termos, os quais apontem para a aceitação de novas formas de relacionamento e a constituição de um novo direito relacional, mais imaginativo e aberto às possibilidades (MISKOLCI, 2007, p.126).

A sexualidade no Brasil, como se pode verificar na retomada histórica que fazemos sobre o movimento homossexual, está distante de uma imagem de "país de moralidade sexualmente flexível" e da "ideia de uma identidade nacional erotizada" (HEILBORN, 2006), largamente difundida em nossa história. Essas ideias vão se somar a outras, em um momento mais atual, no qual emergem narrativas de um Brasil "precursor", "progressista" e "pioneiro" em relação a ações governamentais destinadas a diversidade sexual, ao passo outros segmentos populacionais, especialmente povos originários, tem sua cidadania comprometida com referendo desse mesmo governo.

3. Ativismo LGBT e a concepção de "tripé da cidadania LGBT"

Ainda assim, durante a Revisão Periódica Universal[4] (RPU) da ONU, no ano de 2011, o Brasil recebeu, como recomendação da Finlândia, "emendar a legislação para o reconhecimento legal de casais do mesmo sexo" e não cumpriu com o indicado. Ainda em 2011, o Brasil votou favorável a resolução sobre violação de direitos humanos LGBT aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Mediante o ocorrido, o ativista Toni Reis concedeu uma entrevista[5] avaliando o processo.

> Diante do voto favorável do Brasil, Toni Reis, presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) disse que "a Associação agradece e parabeniza o Governo Brasil que, através do Ministério das Relações Exteriores e toda sua equipe, tem se destacado no cenário internacional na defesa dos direitos humanos das pessoas LGBT". Reis acrescentou que "embora na ONU o Brasil tenha votado a favor da Resolução, o País precisa fazer lição de casa. Esperamos que a nova ministra das Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti peça para a base aliada do Governo no Congresso Nacional que também vote favorável à criminalização da homofobia no Brasil. Esperamos que não tenhamos que recorrer novamente ao Supremo Tribunal Federal para resolver mais essa questão, já que estamos aguentando já há 11 anos a inércia e a omissão do Congresso Nacional que não vota a matéria" [...]. (ABGLT, 2011, grifos meus).

Ao abrir a II Conferência, a ministra Maria do Rosário também enfatizou o protagonismo internacional do Brasil na área LGBT.

> É importante valorizarmos a posição norte-americana, mas é importante dizer que a **nossa embaixadora no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, Maria Nazareth, foi protagonista essencial para a aprovação, pela primeira vez no âmbito das Nações Unidas, de**

[4] A Revisão Periódica Universal (RPU) é o mecanismo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), que determina aos 193 Estados-membros da ONU que sejam submetidos periodicamente a uma revisão de sua situação de direitos humanos a cada quatro anos e meio, feita entre pares através de perguntas e recomendações.
[5] Disponível no website da ABGLT, conforme link: <http://www.abglt.org.br/port/basecoluna.php?cod=170>.

> **uma perspectiva de convenção, de condenação de atos de dimensão homofóbica**, rumo a uma declaração específica dos direitos da população LGBT no mundo. O Brasil se orgulha de ter sido protagonista, com o nosso Ministério das Relações Exteriores, nesse sentido. (BRASIL, 2011, p. 23).

Em 24 de setembro de 2014, durante as eleições do segundo pleito eleitoral de Dilma, a presidenta discursou na ONU e afirmou que seu governo tem "empenho em combater a homofobia", assim como tem feito com o racismo e a violência contra as mulheres.

> O **Brasil tem um reconhecimento internacional na questão dos direitos LGBT**, é visto como um país, é…. **pioneiro nas políticas públicas** para a população LGBT, e que defende publicamente nos espaços de articulação internacional os direitos da população LGBT na OEA, na ONU, na comissão de direitos humanos da ONU. [...] o Brasil tem sido no MERCOSUL, por exemplo, **junto com a Argentina o país que tem estado junto mais a linha da política mais progressista com relação a temática LGBT**. (GESTOR/A).

Todavia, o discurso de país defensor dos direitos humanos soa nacionalmente como discurso "para inglês ver" para alguns setores do movimento LGBT, especialmente àqueles autônomos ou mais vinculados ao ciberativismo articulado a ações diretas pontuais.

> Eu acho que assim, como eu disse, eu acho que o **Brasil vende uma imagem externamente que não condiz com a realidade que a gente vive**. Isso um dia, **essa mascara ela vai cair, já tem caído**, já tem saído notícias em vários jornais, de vários países do tipo "Olha, não é bem assim". Então assim, **ou eles começam a conduzir a política LGBT dentro do país do jeito que eles querem que saiam nos jornais lá fora ou então não adianta fazer propaganda** de uma coisa que não acontece (ATIVISTA)

O então chamado "tripé da cidadania" LGBT tem habitado os discursos sobre a política de direitos humanos no campo internacional do governo e do ativismo. Assim, é preciso compreender a qual concepção de cidadania o poder público e a sociedade civil estão atrelando as ações que circundam esse "tripé".

Nesse percurso chamou-nos atenção o crescente uso do termo 'cidadania LGBT' e 'tripé da cidadania LGBT', recorrente na II Conferência Nacional LGBT e nas reuniões do CNCD no ano de 2012-2013. A seguir, finalizamos essas discussões preliminares utilizando a categoria 'homonacionalismo' para analisar os usos da categoria 'cidadania LGBT'.

O termo 'cidadania LGBT' foi incorporado pelo movimento social como uma estratégia de diálogo com o poder público. Nesse sentido, é preciso problematizar a perspectiva de cidadania com

que esse movimento social vem negociando com o Estado. Os movimentos sociais são compostos de sujeitos e grupos heterogêneos vinculando-se a distintos projetos de sociedade em disputa na arena pública. A expansão das manifestações LGBT, especialmente através das paradas, também possui relação de "negociações e tensões" com o mercado (boates, bares, sites e empresas) e com o crescimento do turismo gay mundial (FACCHINI e SIMÕES, 2009).

Nessa conjuntura histórica, o termo cidadania homossexual ou cidadania LGBT está presente em documentos, ações e iniciativas do movimento social e do poder público: Marcha pela Cidadania Homossexual (1997); Seminário Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (1999), realizado na Câmara Federal; edital lançado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR) para apoio à criação de Núcleo de Referência em Cidadania Homossexual e Direitos Humanos nas universidades públicas (2006); Disque Cidadania Homossexual (2010) – lançado como Disque Defesa Homossexual no Rio, em 1999, e em funcionamento com a nomenclatura 'cidadania' no Rio de Janeiro (2010) e no Piauí (2014); Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009), lançado pela SDH/PR; Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, órgãos de competência municipal ou estadual que executam as políticas para população LGBT, existente com a nomenclatura incluindo a palavra "cidadania" em Olinda/PE (2013) e João Pessoa/PB (2012); curso de formação *A conquista da cidadania LGBT – a política de diversidade sexual no estado de São Paulo*, destinado a servidores públicos municipais e estaduais de São Paulo/SP, realizado pela Coordenadoria de Diversidade Sexual de São Paulo - CADS (2012); Prêmio de Direitos Humanos e Cidadania LGBT de Belo Horizonte/MG (2004), que está em sua décima edição anual e é realizado às vésperas da parada do orgulho.

Diante desse levantamento e considerando o processo de "estadania" brasileiro, pode-se inferir que a população LGBT, ao longo destes 35 anos de luta organizada, tem passado de um processo de "SIDAdanização", nos termos de Larissa Pelúcio (2009), a um processo de conquista da cidadania obtido através do sistema preventivo oficial de DST/AIDS[6]. Há em trânsito outra perspectiva de cidadania para essa população, delineada principalmente via políticas públicas com objetivos que permeiam: a denúncia das violências e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero; e ações de afirmação de identidades e ampla divulgação e informação sobre direitos humanos LGBT.

[6] Pelúcio (2009) utiliza nesse termo a sigla SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), que tem o mesmo significado de AIDS (em inglês).

Os documentos que balizam a política nacional LGBT também oferecem elementos para essa análise. O programa Brasil sem Homofobia - BSH (2004) atrelou a cidadania em seu próprio título referenciando a sua compreensão de promoção da "cidadania homossexual" através de: fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil; profissionalização das travestis; equiparação de direitos e combate à violência e discriminação homofóbica; apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais; proposição de mecanismos normativos para cidadania e permanência de estrangeiros companheiros de homossexuais no Brasil; apoio à promoção de ações pelo poder público (BRASIL, 2004). O texto do BSH afirma que os efeitos da luta por cidadania geraram como frutos as resoluções do Conselho Federal de Medicina – CFM, em 1989, e do Conselho Federal de Psicologia - CFP, que retiraram a homossexualidade do *roll* de doenças.

No Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT (2009), a 'cidadania LGBT' está compreendida como objetivo central da formulação do plano, que afirma possuir diretrizes, preceitos éticos e políticos para "garantia dos direitos e exercício pleno da cidadania". Enquanto sua materialidade se daria através de: editais que beneficiem visando à valorização cultural LGBT e promoção da cidadania LGBT; inclusão de conteúdos sobre 'diversidade sexual' para Conselheiros; inserção de temas sobre cidadania LGBT nos concursos de servidores públicos do governo federal; criação de um selo nacional para empresas que promovem a cidadania LGBT; e realização bianual das conferências estaduais e nacional LGBT (BRASIL, 2009).

O BSH e o Plano se diferenciam na forma de concepção e pode-se considerar o Plano mais tecnicamente assertivo nas estratégias, o que demonstra o próprio processo de maturação técnica da política LGBT. Embora se reconheça essas alterações, é inegável que permaneça enfocado no campo da denúncia, visibilidade/afirmação de identidades e formação política.

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT – CNCD, recriado em 2010 junto a SDH/PR, tem promovido uma compreensão de cidadania vinculado à participação social no monitoramento das políticas públicas. Enquanto o Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência contra população LGBT, criado em 2013, tem a cidadania atrelada ao organização e promoção da cidadania e direitos LGBT por meio da criação de conselhos, planos e órgãos de gestão da política pública LGBT referendam a participação social e atendimento da violência (SDH, 2013a).

Desde a realização da II Conferência Nacional LGBT, em 2011, algumas entidades da sociedade civil tem utilizado o termo "tripé da cidadania LGBT" para descrever essa demanda formulada como prioritária no âmbito do poder executivo. No documento publicado pela SDH, em

maio de 2013, intitulado *Cidadania LGBT: mapa de boas práticas, Brasil – União Europeia*, há uma explicitação do que seria o "tripé":

> O assim chamado "tripé da cidadania LGBT" (uma Coordenadoria LGBT na estrutura do governo; um Plano LGBT governamental; e um Conselho LGBT para exercer o controle social sobre a formulação e execução das políticas públicas específicas) foi completado no âmbito federal com a instituição em dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura básica da SDH, contando com quinze representantes do Poder Público Federal e quinze representantes da sociedade civil (SDH, 2013b, p.26)

Portanto, nesse caso, a cidadania LGBT estaria vinculada novamente ao campo das políticas públicas, circunscrevendo-se em reivindicações por liberdades e autonomia civis e pelo 'reconhecimento' da diferença, na concepção de Fraser (2007). O que implica em utilizar a cidadania como estratégia política, sob os auspícios de uma cidadania limitada ou uma "cidadania invertida" que, para Fleury (1994), ocorre quando o sujeito entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não-cidadão. Embora a autora estivesse analisando o conjunto das políticas de assistência social na década de 1990, faço uso de seu conceito especialmente por compreender uma ausência de relação formalizada entre a política e a/o usuária/o da mesma. O que me remete às condições frágeis e descontínuas da política nacional LGBT na gestão Dilma, mas também se relaciona com a crise de representatividade nos movimentos sociais, que não conseguem atingir a população que seria usuária dessa política.

Destaco um trecho de uma entrevista, no qual um/a ativista aponta a crise de representatividade dos movimentos sociais e partidos políticos.

> **Os movimentos sociais do Brasil perderam a sua autonomia**, como eles estavam muito ligados ao PT, entendeu [...]. Eu sempre achei que o **papel do movimento social é gritar seja com quem for**. Não gritar no sentindo de enlouquecida, mas assim, fez coisa que não está certo, que não é o que a gente quer, a gente tem que ir lá e bater de frente, entendeu? **Eu acho que o Movimento Social, não só o LGBT, não faz isso quando o PT está no poder**. [...] acho que o **que aconteceu em junho, eu acho que por mais despolitizado que alguma parte daquilo tenha sido é uma demonstração de que assim, as pessoas não tão felize**s. Entendeu? E eu acho muito estranho a reação do governo, a essa infelicidade, **em vez do governo mudar um pouco seu modo de atuação, ele vem com repressão**, com repressão pesada entendeu, a as manifestações. [...] **A criminalização dos Movimentos Sociais, essa Lei maluca agora, que quer, que quer achar movimento social taxar de terrorista**, entendeu? O que que é isso, **a gente vai voltar à ditadura com o governo supostamente socialista**, é bizarro, entendeu? (ATIVISTA).

A entrevista retoma as Jornadas de Junho de 2013, que Raquel Rolnik (2013, p.08) metaforizou através de um "terremoto", dado o quanto perturbou a ordem do país que "parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja da prosperidade e da paz e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos" e que Iasi (2013) apontou como uma "explosão compreensível", tendo em vista a escolha do PT pela governabilidade em detrimento da classe trabalhadora. A crise da representatividade é colocada no âmago da questão nas manifestações desse período, tanto pelos grupos que iniciaram o debate da questão urbana quanto àqueles "perdidos" ou "precariamente informados" (SAKAMOTO, 2013), que compareceram nas ruas em meio às reivindicações fascistas de pequenos grupos organizados pela internet que disputavam esse grupo, que "não sabem o que querem, mas sabem o que não". (Op. Cit.). A reação do governo federal em relação as manifestações, inclusive as realizadas do período da Copa do Mundo, foram autoritárias e anacrônicas, a exemplo da aprovada e sancionada Lei Antiterrorismo[7], o que demonstrou que o Brasil, na gestão Dilma, esteve distante de formular soluções democráticas e cidadãs, ainda que se "venda" internacionalmente como um país pioneiro em algumas áreas dos direitos humanos, como a LGBT.

Essa concepção de cidadania é semelhante à homofobia cordial (BENTO, 2015), na qual é possível reunir, em um mesmo lado do "jogo político", Crivella, Magno Malta e setores do movimento LGBT ou mesmo Kátia Abreu e setores do MST. Essa cidadania já nasce com limites de uma moral sexual imbricada no "familismo", cuja leitura não compreende apenas a realidade brasileira. Em Portugal, Oliveira (2013) descreve a distinção entre heterossexuais e homossexuais que, mesmo após aprovação do casamento homossexual no país, não permitiram a adoção às pessoas LGBT. Com esse argumento, ele nomeia essas conquistas como "cidadania de consolação", rearticulando a crítica ao "*pink money*" com a política de intervenção social e econômica mínima - neoliberalismo.

Sarah Shulmann (2013) assinala que, na medida em que alguns direitos gays foram sendo aprovados nos países, algumas pessoas da comunidade LGBT tiveram "acesso ao aparelho de estado, à polícia e aos poderes de punição e execução – contra outros elementos da comunidade LGBT que ainda não podiam acessar essas forças" (p. 04). O que implicou em uma comunidade na qual todas/os estavam na ilegalidade transitar para uma comunidade na qual algumas pessoas LGBT passam a ter o poder do grupo dominante em sociedades profundamente injustas.

[7] Matéria publicada em 18/2/2016. Link: <http://www.vice.com/pt_br/read/a-lei-antiterrorismo-foi-sancionada-pela-presidente-dilma-rouseff>.

Schulmman (2013) percebe como sendo três as principais arenas em que o acesso à punição do Estado é garantido a pessoas LGBT: a criminalização do HIV, a política LGBT pró-família e a cidadania homossexual. Como exemplo dessa última, ela cita que o repúdio à "don't ask, don't tell" (em português, "não pergunte, não fale", termo utilizado para se referir à política de restrição a homossexuais e bissexuais declarados no exército dos Estados Unidos), oportunizou às pessoas LGBT "cidadania" – direito de servir às forças armadas sendo assumidamente gay - "em troca da participação em guerras imorais e ilegais contra muçulmanos no Iraque e no Afeganistão" (p.5). Ou seja, as pessoas LGBT obtiveram cidadania plena a partir de uma cooperação com o Estado para punir, excluir e até matar, encorajadas pelo próprio Estado.

4. Homonacionalismo e Homofobia Cordial nas respostas do Estado brasileiro às demandas por "cidadania LGBT"

A política de direitos humanos de Lula, assim como sua gestão em geral, esteve sob muitas contradições[8], pois, apesar de ter sido responsável por alguns avanços, também ocorreram retrocessos significativos em áreas estratégicas, como o meio ambiente e a reforma agrária.

> O novo governo, a despeito de possuir um enorme capital político e de ser depositário de fortes expectativas de mudanças, não tinha no início do primeiro mandato – e continuou a não ter ao longo dele – um novo projeto para o país no sentido de transformações mais substantivas. Na prática, inverteu um dos paradigmas que marcou a esquerda ao longo do século 20 em relação à reforma e à revolução (ALMEIDA, 2011, p.233)

Algumas das principais críticas às políticas sociais implementadas antes mesmo do governo FHC referem-se ao seu alinhamento às políticas neoliberais, que são apontadas como sendo iniciadas no governo Collor, a partir de 1989, consolidadas no governo de FHC e evidenciadas também no governo Lula. No âmbito das políticas de direitos humanos, trataremos dos rebatimentos do neoliberalismo em termos de ambivalências e contradições.

É possível constatar, nos objetivos do Plano Plurianual – PPA 2004-2007, o diálogo e apoio financeiro por parte do Estado às instituições não governamentais, o que se configura na

[8] O estudo de Vieira (2015, p.738-739) retoma as falas contraditórias de Lula à imprensa durante suas primeiras campanhas presidenciais e seus dois mandatos. O autor destaca uma fala de 1981 de Lula sobre o socialismo: "Sabemos que o mundo caminha para o socialismo", enquanto, em pronunciamento em 2002, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que compôs sua primeira gestão, declara: "Buscamos o capitalismo mais eficiente, mas humanizado. Não um capitalismo selvagem, com concentração de renda." Vieira (2015) retoma também as contradições discursivas de Lula sobre a Área Livre de Comércio da América (ALCA), salário mínimo, bem como suas propostas de governo nas campanhas de 2002 e 2006.

desresponsabilização por parte do Estado em executar as ações previstas para garantia de direitos sociais e humanos.

> Ficou evidente o recuo governamental em temas que incomodam além do aceitável o *establishment* conservador. No segundo encontra-se um discurso que revela uma hierarquização dos direitos em prol dos sociais e econômicos (onde os ganhos sem dúvidas foram maiores), em prejuízo dos direitos civis e políticos. E essa postura equivocada, tanto do governo Lula quanto de algumas organizações da sociedade civil, tem raízes mais profundas no posicionamento diante da democracia como valor universal ou instrumental, que não é possível desenvolver aqui, mas que merece uma crítica teórica e política. Trata-se de uma visão que empobrece a concepção integrada de direitos humanos, fazendo concessões danosas ao economicismo (ALMEIDA, 2011, p. 237).

Mello, Avellar e Maroja (2012) mapeiam três marcos históricos na política pública LGBT: a) a criação do projeto Brasil Sem Homofobia, no ano de 2004; b) a realização da I Conferência Nacional LGBT, realizada no ano de 2008; c) a publicação do I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, no ano de 2009. Em minha análise, acrescentaria ainda: d) a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBT na estrutura da SDH, no ano de 2009; e) a recriação do CNCD, enquanto Conselho Nacional LGBT, no ano de 2010, bem como a posse das/os conselheiras/os da gestão 2011-2013.

Quanto à formulação e implementação do BSH, primeira política específica LGTB no Brasil, nunca foi publicado formalmente pelo governo federal através um ato normativo. Com isso, corroboramos com as análises de Mello, Avellar e Maroja (2012, p.296) quando apontam que as propostas do BSH "praticamente se confundiam com as demandas e bandeiras de luta dos grupos LGBT, o que tornava difícil reconhecê-las como parte de um programa de responsabilidade do Governo Federal". Contudo, nessa análise as/os pesquisadoras/es creditam essa característica a uma situação recorrente em nível mundial, tendo em vista o lugar de destaque da sociedade civil nos processos de formulação das políticas. O que me parece uma conclusão unilateral, posto que é necessário reconhecer isso muito mais como uma falta de domínio técnico temático por parte da equipe executiva da SDH do que por uma incidência protagonista do movimento LGBT.

Para compreendermos a fragilidade política do BSH e, ao mesmo tempo, a sua relevância simbólica, por seu ineditismo em nível global, destaco também um trecho de minhas observações em um evento que participei em Salvador-BA.

> A ativista Fernanda Benvenutty, travesti atuante na Paraíba e em alguns Conselhos Nacionais (de Saúde e Segurança Pública), após uma fala crítica acerca das políticas públicas do PT para

> população LGBT vinda do público que assistia a roda de conversa organizada pelo Coletivo KIU, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), fala que o BSH era uma espécie de "cartilha" que "andávamos debaixo do braço" indo aos ministérios "cobrar" ações. Fernanda disse, ainda, com um tom de voz firme e expansivo, que o BSH foi "o que foi possível" naquele momento histórico, e que aquilo foi de "extrema importância" para o cenário atual – referindo-se às conquistas no STF, STJ e à possibilidade do uso do nome social por pessoas travestis e transexuais nos serviços de saúde (Diário de Campo, 11/9/2014).

Em uma análise positiva, Aguião (2014) reconhece a incidência política do BSH, destacando o que Daniliauskas (2011) denominou de "trajetória de reconhecimento mútuo", que se referiria ao processo de sensibilização da gestão pública feito pela militância no processo de formulação e implementação do BSH, e que Benvenutty, como supracitado, denominou de "colocar a cartilha de baixo do braço e bater de porta em porta[9]".

Os programas governamentais e conferências de âmbito do controle social durante a gestão federal do PT criaram uma atmosfera de participação social que, em grande medida, pelo teor de sua opção por uma "política de conciliação", gerou reconhecimento internacional do desenvolvimento de uma agenda anti-homofobia no Brasil. Todavia, é preciso retomar que a participação social sob tramas de conciliação de setores antagônicos evidencia uma participação social limitada ou, como indicou Frederico Machado (2013), demonstra **participacionismo.** Esse é o conceito teórico do qual disponho para explicar o discurso de participação social, recorrentemente utilizado no lulismo, enquanto pilar central de consolidação do ordenamento das formas de "ser e existir no interior do Estado" (MACHADO, 2013, p.170). A concepção de participacionismo aqui refuta a ideia de escuta ativa das demandas em questão pelo governo, distanciando-me de análises que acreditam em uma postura do governo Lula "pura" e beneficamente "pró-LGBT".

A ausência de um Conselho para monitoramento da política LGBT, expressa na BSH (2004) e posteriormente no Plano Nacional LGBT (2009), fortaleceu a relação de co-dependência da SEDH com a ABGLT, como já mencionado. Por outro lado, a ABGLT, atuando no tensionamento com a secretaria, foi recíproca ao governo Lula e atuou em conformidade com o que nomeei de ***política gayfriendly da boa vizinhança***, a qual conceituarei *a posteriori*. Uma das características da gestão Lula, na área LGBT, reflete formas populistas de aproximação dos movimentos sociais. Como exemplo, cito os acordos feitos por telefone ou em reuniões individuais sem ampla discussão

[9] O processo de "sensibilização" foi viabilizado a partir de atividades realizadas pelo projeto de *advocacy* em âmbito legislativo denominado Aliadas, desenvolvido, por meio de apoio financeiro da própria SEDH, pela ABGLT.

da e com a sociedade civil[10], o apoio a pedidos individuais de diárias e passagens[11] e a priorização de relações pessoais para estabelecimento de relações institucionais.

Durante esses anos que tenho acompanhado reuniões e seminários com participação da gestão da política LGBT brasileira, pude observar que o reconhecimento da *homofobia institucional* enquanto entrave para efetivação das ações governamentais LGBT é uma constante no discurso das/os gestoras/es LGBT. Não apenas federal, mas também estadual e municipal. A exemplo, Meira (2011) destaca sobre sua experiência como gestora municipal da Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza-CE:

> Compreendendo as dificuldades que a política LGBT enfrentaria por resistência e homofobia institucional, aqui entendida como: 1) a negação por parte de funcionários públicos dos direitos da população LGBT; 2) omissão agravada pela restrição do acesso a serviços públicos e a permanência neles, motivados pela orientação homossexual [...] verificamos ser importante fortalecer politicamente a administração interna para posteriormente iniciar um trabalho mais amplo (MEIRA, 2011, p.202, grifo meu).

A homofobia institucional nos faz constatar que o preconceito contra o sujeito que escapa à heterossexualidade não atua somente em nível individual (BORRILO, 2010). Ela opera garantindo a manutenção do consentimento, gestando os corpos e as funções sociais para a integração social (PRADO, MARTINS e ROCHA, 2009). Essa prática institucional se soma aos mecanismos de disputas e rearranjos que condicionam e são condicionados pelo coletivo de sujeitos que constituem as "tramas" do Estado, conforme verificou Aguião (2014), partindo da categoria "trama institucional" definida por Gregori (2000).

Pensando sobre a trama institucional em relação à arena LGBT brasileira, elucido um conceito que nomearei de **política gayfriendly da boa vizinhança**[12]**,** que reúne o *personalismo político* e a *homofobia cordial*. Sobre o primeiro está assentada a política baseada no vínculo às

[10] Em matéria publicada pelo website Parou Tudo, intitulada *Governo Federal adia conferência LGBT*, publicada em 04/02/2010, a fala da Coordenação Geral demonstra ter direcionado acordo com as redes nacionais para não realização da conferência nacional no ano de 2010, conforme era previsto o biênio de realização das conferências. Disponível no link: < http://paroutudo.com/materias/redacao/100204.php >.

[11] Em relato enviado por Toni Reis, em 30/07/2010, a uma lista de circulação nacional, o ativista fala da reunião sobre o monitoramento do Plano em que ele foi o único membro da sociedade civil a participar junto a representantes dos ministérios envolvidos no Plano. Ele destaca que a secretária nacional de promoção e defesa dos direitos humanos falou que o relacionamento da sociedade civil e do governo precisa ser realizado de forma "republicana" e não "amadora", incluindo nisso os pedidos individuais de diárias e passagens supracitados.

[12] O termo vem de uma proposição política apresentada pelo governo Franklin Roosevelt referindo-se às relações políticas estadunidenses com os países latino-americanos entre 1933 e 1945. Essa política baseou-se na "troca" de tecnologia (por parte dos EUA) por apoio político (por parte dos países da América Latina).

ideias e vontade particular de uma pessoa e, no segundo, está a expressão da cordialidade, nos termos de Sérgio Buarque de Holanda. Assim como no "racismo cordial", a convivência se dá "não pelo reconhecimento das diferenças, mas pela negação das mesmas. E, ao juntar dois termos que nasceram para viver separados (cordialidade & racismo; cordialidade & homofobia)" (BENTO, 2015b, p.556) pode ser possível compreender a existência de uma política não institucionalizada, feita a partir do grau em que um/a ministra/o ou secretaria/o de Estado se considera *gayfriendly*[13] (homofobia cordial), ou pelo nível de "amizade" que a/o gestor/a da área LGBT tem com o prefeito ou governador (personalismo), por exemplo.

Argumento que a correlação entre uma política de direitos humanos não consolidada e a homofobia institucional refletem uma baixa dotação orçamentária e uma infraestrutura insuficiente que, atreladas às tramas institucionais da *política gayfriendly da boa vizinhança*, contribuem para o acirramento da política da identidade sob os limites e "ciladas" do enfoque exclusivo no reconhecimento da diferença (PIERUCCI, 1999; FRASER, 2007). Se não há orçamento mínimo, tampouco existe institucionalidade e profissionalismo da política pública em questão, o que resta de possibilidade está no campo do personalismo (boa vizinhança) e das disputas terminológicas sobre o vocabulário político (acirramento da política de identidade) deste segmento.

A soma desta *política gayfriendly da boa vizinhança* ao *participacionismo* (MACHADO, 2015) refletem no que estou compreendendo enquanto "homofobia cordial". Berenice Bento (2015) denominou a "homofobia cordial" ou "LGBTfobia cordial" de *pinkwashing*[14] brasileiro. Para ela, a LGBTfobia e a cordialidade são expressões contraditórias que demonstram a convivência pacífica entre dois comportamentos e demarcam uma fronteira que não deve ser ultrapassada. Assim, a cultura política nacional incentiva o apagamento das diferenças e o sujeito subalterno (SPIVAK, 2010) internaliza essa norma através da assimilação.

> O *pinkwashing* brasileiro é feito com as letras da lei, um tipo de cultura política hegemônica bem conhecida pela população negra e que, nos últimos tempos, estende seus tentáculos para a população LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). No Brasil, desconhecemos a experiência da segregação legal. Esta exclusão, no Brasil, é escamoteada por uma suposta

[13] Termo utilizado para definir algo favorável às minorias sexuais: pró-gay ou pró-LGBT.

[14] O incentivo a um turismo *gayfriendly* tem ocultado o genocídio palestino por Israel, evidenciando o que se denominou de *pinkwashing* que, em uma tradução literal, significaria "lavar de rosa". O termo é um trocadilho com *whitewashing*, que seria a tradução para um material utilizado nas paredes, como a cal (BENTO, 2015). A palavra também faz referência à estratégia de uma campanha do ano de 2005, realizada por Israel com auxílio de publicitários estadunidenses, na qual se projeta a imagem de Israel como ponto de destino internacional gay. Apesar de distintos, homonacionalismo e *pinkwhashing* não devem ser vistos como fenômenos paralelos (PUAR, 2007).

> democracia de fachada, o que, de certa forma, reatualiza os mesmos desafios enfrentados pela população negra para alcançar o pleno reconhecimento de sua condição humana (BENTO, 2015, s/p).

Nesse sentido, identifico a política LGBT no governo Lula como um reflexo dessa LGBTfobia cordial, que reúne o discurso do participacionismo e a estratégia da política de boa vizinhança com inoperância na efetivação de ações que impactem na realidade jurídica da população LGBT. Os limites nessa relação são impostos pela fronteira entre a garantia da laicidade do Estado e a continuidade do apoio ao governo PT pelos segmentos religiosos. No que se refere ao crescimento das candidaturas de segmentos religiosos − a vontade de estar na política e a visibilidade de uma identidade coletiva a ser disputada nos processos eleitorais −, pode-se verificar que as eleições de 2010 consolidam o que vem sendo percebido desde as eleições de 2002 (MACHADO, 2002), especialmente na disputa presidencial.

A disputa pelos "votos de Deus" se deu por estratégias que incluíram não apenas a conciliação entre sujeitos com trajetória histórica de oposição, mas pela pasteurização de biografias marcadas por resistência e luta contra processos autoritários, transformando-as em imagens que conciliassem a mãe e dona de casa com a mulher profissionalmente autônoma com condições de presidir uma nação.

5. À guisa de conclusão - Para uma "crítica lesbofálica"

O "falo lésbico" e a "crítica lesbofálica" são acionados aqui enquanto instrumento pedagógico de recusa à "cidadania de consolação". O termo "consolo", etimologicamente, expressa uma premiação ou reconhecimento de mérito menor e, na gramática sexual lesbiana, é o nome dado também à prótese peniana em um contexto de uso sem a presença de um homem cisgênero. Essa ausência significaria, então, um "consolo", ou seja, um prêmio menor. Desse modo, recusando a ideia de "consolo" sexual para qualquer ato com ausência do "macho" e, por consequência, abdicando de concepções de cidadania de "consolação" como aquelas expressas na ideia do "tripé" apresentada anteriormente, propomos o exercício de nosso 'falo lésbico', aqui compreendido no diálogo entre Butler e Lacan e reorganizado a partir de nossa prática política.

> O falo lésbico não é um dildo, nem tampouco algo que se guarda na gaveta da escrivaninha [...], ter o falo em Lacan, é também controlar o significante [...] É escrever e nomear, autorizar e designar. Então de certo modo estou exercendo o falo lésbico ao apresentar minha crítica à estrutura lacaniana. Trata-se de uma espécie de modelo para a autoria lésbica. Trata-se de uma paródia" (SALIH, 2012, p. 123).

Nesse sentido, se Butler, em *Bodies that matter*, conforme afirma Sara Salih (2012), estaria compreendendo falo não mais do que como um símbolo, "então ele pode simbolizar igualmente qualquer outra parte do corpo, e quem não 'tem' nem 'é' falo (uma distinção importante tanto para Butler quanto Lacan) pode 'reterritorializar' este símbolo de forma subversiva (BTM, p. 86)" (SALIH, 2012, p. 120). Desse modo, se o falo é um símbolo ninguém o 'terá', desconectar 'falo' de 'pênis' é reafirmar a ideia de que, "antes de ser destino, a anatomia é discurso ou significação, o que sugere a ressignificação do corpo como mecanismo para desafiar a hegemonia heterossexual" (SALIH, 2012, p. 120).

O que denomino de "crítica lesbofálica" é também um convite à recusa de interpretações que reforçam a cisão entre academia e militância, ainda que seja possível compreender a distinção entre o "fazer" de cada uma delas; e ao reconhecimento de que, no desenho da hegemonia interna do movimento LGBT brasileiro, a identidade gay sobrepôs-se as contribuições históricas de travestis, transexuais e lésbicas, especialmente articulada ao formato de ativismo institucionalizado pós-advento da Aids.

Assim, cabe destacar que, na dinâmica interna do movimento sempre existiram espaços de "consolo" às lésbicas, travestis e transexuais que visaram garantir o direcionamento gay na hegemonia do movimento, como pode ser visto durante décadas na história das redes nacionais de militância LGBT e em uma breve iconografia do movimento LGBT que ilustra a relação de diálogo entre o movimento e a gestão federal do PT (IRINEU, 2016). O "consolo" de uma vice-presidência lésbica e/ou trans em uma rede de ativismo ou o "consolo" de uma vaga para lésbicas em uma disputa sobre quem vai poder comparecer a uma reunião com determinada ministra ou ministro, incorrem também no que busco exemplificar. Afirmo, então, que o "consolo" não parte apenas das lógicas do Estado mas também da sociedade civil que se articula em torna das identidades LGBT, que é permeada por hierarquias de classe, gênero e raça.

Fazendo uso da crítica "lesbofálica", cabe ressaltar que as ações que priorizam exclusivamente marcos legais demonstram também que o movimento LGBT brasileiro tem optado por estratégias de normatização e regulação do Estado, e não por estratégias políticas no campo da cultura (COLLING, 2013, 2015). A relação entre ativismo e as esferas governamentais legislativas, jurídicas e executivas demonstram que a homofobia cordial, que se assemelha ao "racismo cordial" brasileiro (BENTO, 2015), tem delineado as negociações das demandas por direitos sexuais dos sujeitos fora da heterossexualidade. Como desenvolvi anteriormente, a *política gayfriendly de boa*

vizinhaça reúne personalismo político e homofobia cordial, incidindo diretamente na baixa institucionalização da política pública LGBT.

A imagem de um país precursor de políticas para a população em questão é acionada tanto pelo governo, junto aos organismos internacionais, quanto pelas/os ativistas em espaços de circulação internacional. Por se tratar de uma realidade distinta de locais onde existe a pena de morte para homossexuais, as particularidades da violência LGBTfóbica no Brasil, como as formas brutais de assassinatos de travestis e transexuais, tendem a ser minimizadas e as políticas classificadas como "inéditas", hipervalorizadas nas análises internacionais. E, obviamente, esse ineditismo é utilizado para promoção da gestão federal do PT.

Essa política, que em minha opinião seria "para inglês ver", tem criado um simulacro do impacto real das diferentes iniciativas estatais na vida cotidiana dos setores LGBT. A homofobia cordial delineia a política para esse segmento na gestão do PT. Enquanto o país se apresenta internacionalmente como referência em direitos humanos ou um "bom" lugar para se vivenciar a livre orientação sexual e as múltiplas expressões de gênero, com endosso de parcela da militância nacional, ocorrem violações de direitos da população indígena e cresce o número de pessoas atingidas por barragens. Belo Monte, o desastre em Mariana e a situação dos Guarani-Kayoá exemplificam esse *pinkwashing* à brasileira. Desse modo, é preciso questionar: qual o custo da negociação de uma "cidadania de consolação"? A atual conjuntura de continuidade e ampliação do cenário de refração dos direitos no Brasil não refletem também o preço dessa negociação baseada na política de conciliação?

Ouso afirmar aqui que o preço da negociação dessa "cidadania de consolação" vem sendo mais cara àquelas e àqueles cujos corpos não se conformam às normas raciais, sexuais e de gênero. Nesses últimos 35 anos, desde o início institucionalizado do movimento LGBT brasileiro, é possível observar que as ambiguidades e contradições que permeiam a arena política de disputa por direitos sexuais, ainda que com supostos avanços no campo dos direitos civis, tem marcado o limite entre o desejo do Estado e a legitimidade social de uma identidade "aceita" e "tolerada" no limiar das inúmeras vidas que já foram ceifadas pela negligência desse mesmo Estado.

O neoliberalismo, enquanto ideário que compõe a gramática bélica de parte das iniciativas governamentais na área das políticas públicas brasileiras desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passando também pela gestão Lula e Dilma, rebuscado em um discurso desenvolvimentista,

tem contribuído de modo central no recrudescimento do conservadorismo e na escolha de quais os sujeitos que viverão ou serão negligenciados à morte.

O "consolo" de uma vida com "meios direitos", com "cidadania pela metade" e uma identidade socialmente "aceita" é o que o Estado quer que desejemos na lógica de permuta entre poder viver ou deixar morrer (FOUCAULT, 2005). Aprofundar a crítica aos mecanismos da biopolítica faz-se central neste momento em que buscamos elementos para o argumento de que no passado recente da gestão PT foi o que melhor que poderíamos ter devido a supostos avanços que estão em risco, afinal, o compromisso com as lutas populares também não deve estar imbricado na lógica do "consolo".

Dessa maneira, encerro explicitando o desejo de que nosso "falo lésbico" se inunde de crítica potente ao Estado, nas suas dimensões estruturais e políticas, especialmente ao modus operandi da sociedade civil e as demandas por reconhecimento da cidadania LGBT no Brasil.

Referências

ADELMAN, Miriam. "O gênero na construção da subjetividade: entendendo a 'diferença' em tempos pós-modernos". In: *Humanas.* Curitiba, nº 7-8, 1998-99, p. 9-22.

AGUIÃO, Silvia R. *Fazer-se no "Estado":* uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2014.

ALMEIDA, Welligton L. "A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula". Revista *Katálysis***.** Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 230-238, jul./dez., 2011.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Texto Base da II Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.* Brasília, 2011

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Anais da II Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.* Brasília, 2011

BORRILLO, Daniel. *Homofobia:* história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *A quien le canta al Estado-Nación?* Lenguaje política, pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan:* sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidos, 2005.

_____. "O parentesco é sempre tido como heterosexual?". In: *Cadernos Pagu,* Campinas, n.21, p. 219-270, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332003000200010&script=sci_arttext.. Acesso em: 22 mai. 2008.

_____. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. "A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil". *Contemporânea*, v.3, nº2, jul./dez., 2013, p.405-427.

_____. *Que os outros sejam o normal:* tensões entre o movimento LGBT e o ativismo queer. Salvador: EdUFBA, 2015.

DANILIAUSKAS, Marcelo. *Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação:* uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: USP, 2011.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, nº 36, p.01-14 , fev., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24/3/2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100006.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio A. *Na trilha do arco-íris* – do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: *Revista de Estudos Feministas.* [online]. 2007, vol.15, nº2, p.291-308. ISSN 0104-026X. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002.

PIERUCCI, Flávio. "As ciladas da diferença". In: *Revista de Sociologia.* USP, São Paulo, 1999.

FOUCAULT, Michel. Interview: sex, power and the politics of identity. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, jun., 1982. In: *The Advocate*, nº 400, 7/8/1984, p.26-30 e 58. Retirado de: < http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/sexpodident.html>. Acesso em: 1/1/2009.

_____. *Ditos e escritos* - ética, sexualidade, política**.** São Paulo: Forense Universitária, v. 5, 2006.

_____. *Em defesa da sociedade.* Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 2004.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração:* experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. In: *Revista de Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 14, nº 1, p.43-59, abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21/3/2014. http://dx.doi.org/10

IRINEU, Bruna Andrade. *A política pública LGBT no Brasil (2003-2014):* homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. 2016. 277f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, Frederico Viana. *Do estatal à política:* uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). Tese de Doutorado em Psicologia. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

MACHADO, Maria das Dores C.; PICCOLO, Fernanda D.; ALVES, Andrea M. BARROS, Myriam M. L. Introdução. In: MACHADO, Maria das Dores Campos; PICCOLO, Fernanda Delvallas (Orgs.). *Religiões e homossexualidades.* Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MEIRA, Mitchelle B. Gestão das políticas públicas para população LGBT no Brasil: um relato de experiência. In: IRINEU, Bruna A.; FROEMMING, Cecilia N. *Gênero, sexualidade e direitos:* construindo políticas de enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Palmas: s/ed., 2012.

MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo. "Éramos 9 gays, 20 policiais e a imprensa local" - narrativas (de) militantes sobre as paradas do Orgulho LGBT em Goiás. In: PASSAMANI, Guilherme Rodrigues (Org.). *(Contra)Pontos:* ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual. O combate à homofobia. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012.

MELLO, Luiz; AVELLAR, Rezende; MAROJA, Daniela. "Por onde andam as políticas públicas para população LGBT no Brasil". In: *Revista Sociedade e Estado,* vol. 27, nº 2, mai./ago., 2012.

MELLO, Luiz *(et. al.). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil:* um mapeamento crítico preliminar. Relatório de Pesquisa: UFG, 2010.

MELLO, Luiz. *Novas famílias:* conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação* – masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Religião e intolerância à homossexualidade. In: SILVA, V. G. (Org.) *Intolerância religiosa:* impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp, 2007, p. 261-302.

PIERUCCI, Flávio. As ciladas da diferença. In: *Revista de Sociologia*. USP, São Paulo, 1999.

POCAHY, Fernando A; NARDI, Henrique. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. In: *Revista de Estudos Feministas,* Florianópolis, jan./abr., 2007, p.44-66.

SCHULMMAN, Sarah. *Desafios do feminismo:* amigos diante da família, sociedade diante do governo. Disponível em http://geofaust.wordpress.com/2013/09/29/fazendo-genero-sarah-schulman/. Acesso em: 1/10/2013.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

OLIVEIRA, João Manuel. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais. In: *Psicologia & Sociedade;* 25(1), 2013, p.68-78.

PUAR, Jasbir. *Terrorist assemblages:* homonationalism in queer times. Durham, N.C.: Duke University Press, 2007.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad‖. In: VANCE, Carole (Org.). *Placer y peligro:* explorando la sexualidad femenina**.** Madrid: Revolución Madrid, 1989.

_____. *O tráfico de mulheres:* notas sobre a economia política do sexo**.** Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo o Facebook e o Twitter foram às ruas. In *Cidades rebeldes:* Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Eminia Maricato [*et. al.*] – 1 Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.